



Dossiê: Os processos de privatização da educação brasileira sob a égide da inovação e da tecnologia

Apresentação

Dossiê: Os processos de privatização da educação brasileira sob a égide da inovação e da tecnologia

Presentation

Dossier: The privatization processes of Brazilian education under the aegis of innovation and technology

Émina Márcia Nery dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-PA-Brasil

Daniela de Oliveira Pires
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba-PR-Brasil

Cassio Vale
Universidade Federal do Pará
Belém-PA-Brasil

O dossiê organizado por pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Pará e à Universidade Federal do Paraná possui o objetivo de analisar os atuais processos de privatização e mercantilização da educação, que se tornam cada vez mais disseminados, legitimando os interesses de entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, ou ainda das organizações associadas àquelas e estruturadas por meio de redes de colaboração. A partir dos discursos de inovação e eficiência do setor privado, estas passam a defender que a tecnologia proporciona ferramentas para a efetivação da inovação, exigindo a permanente aproximação entre as esferas do público e do privado na promoção da educação.

A privatização da Educação Básica no Brasil ocorre por meio da direção e da execução dos processos educacionais, envolvendo a oferta educativa, a gestão educacional, a formação de professores e os currículos escolares. Em meio a esse cenário, há a disseminação de valores mercantis, como individualismo, competitividade e meritocracia, que vêm se ampliando com

o avanço da digitalização e da plataformização da educação, num movimento contraditório do Estado brasileiro, sobretudo, a partir do avanço da lógica neoliberal que fomenta as chamadas “inovações tecnológicas” na educação, ao mesmo tempo em que se ampliam as desigualdades educacionais.

A relevância do dossiê está em propor análises sobre as formas e dimensões do processo de privatização da Educação Básica no Estado brasileiro, bem como o aprofundamento do seu conteúdo e dos sujeitos privados mercantis, envolvidos na direção e na execução da política educacional, em consonância com uma perspectiva digital e plataformizada. Privatização, segundo Adrião (2018; 2023), significa a subordinação, direta ou indireta, da educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas. Não se trata, portanto, da forma tradicional ou *stricto sensu* da transferência da propriedade pública para privada. Com isso, serão apresentadas as diferentes formas de materialização da privatização do público na conjuntura brasileira. Entendemos que este contexto acaba estimulando o processo de privatização do direito à educação, fazendo com que o Estado não se retire de cena, mas tenha o seu papel reconfigurado, repassando a consecução dessa política para o setor privado mercantil, nacional e internacional.

Na atual conjuntura, tem-se o fortalecimento da presença do empresariado na educação, com a atuação das instituições financeiras bancárias, dos grandes conglomerados empresariais nacionais e internacionais, e dos setores da mídia hegemônica, que passaram a identificar possibilidades rentáveis reais quando começaram a assumir funções estatais relativas à promoção do direito social à educação. É preciso afirmar que tal atitude é estimulada pelos grupos privados que atuam junto ao Estado, por meio de incentivos fiscais e financeiros, com desdobramentos cada vez mais evidentes, especialmente na direção das atuais propostas.

Constata-se, com isso, a existência de um interesse “particular”, materializado em vantagens tributárias, financeiras etc., mas que, oficial e prioritariamente, defende os interesses da coletividade, os interesses de cunho “universal”, concretizados através das alterações legais relacionadas ao papel do Estado no atendimento da educação pública. Acrescido a isso, observa-se o avanço do neoconservadorismo e da neoliberalização, em que as questões relativas às liberdades individuais trouxeram perdas para um projeto societário

de justiça social, no qual proliferam as concepções individualistas, a concorrência, a competitividade e a meritocracia.

O direito à educação é visto enquanto uma atividade associada à lucratividade, por meio da ação do setor privado mercantil, fundamentada em uma perspectiva salvacionista. Então, a partir do diagnóstico de que a educação vai mal, diferentes instituições com e sem fins lucrativos passam a apresentar soluções que prometem salvar a educação. Nesta dinâmica, o privado é tomado como parâmetro de qualidade e como caminho possível para a solução dos problemas educacionais.

Com a pandemia do Covid-19, passou-se a incorporar, em escala global, a perspectiva de uma visão tecnossolucionista, de acordo com a qual as soluções não somente serão ofertadas pelo privado, mas deverão ser de base tecnológica. Tem-se o processo de transformação digital da educação, em que, por um lado, as soluções educacionais digitais atualizam as formas historicamente presentes de atuação do privado; por outro lado, essas pretensas soluções apresentam novas particularidades e representam uma nova ofensiva do capital sobre a educação pública. Esse atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, chamado de financeiro, está provocando mudanças em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Prova disso é que a educação vem sofrendo um processo de financeirização, quando passa a ser disputada pelo mercado financeiro, por meio dos seus ativos, associado aos fundos de investimento e empresas de capital aberto em bolsas de valores, que buscam ampliar os processos de acumulação da elite dirigente em âmbito global e local. Redirecionam, assim, a ação estatal em prol dos seus interesses, com base em orientações empresariais e na utilização das tecnologias digitais, adquirindo uma influência sem precedentes no âmbito da política educacional.

Os oito artigos aqui selecionados buscam aprofundar o diálogo com as formas de atuação do setor privado mercantil na oferta educacional, consolidadas através das tecnologias educacionais, que garantem a participação dos agentes privados na condução da política educacional, acrescidas de novas estratégias de ampliação da sua lucratividade. Por isso mesmo, hoje são parte constitutiva das mudanças sociopolíticas e econômicas, indissociáveis do advento do capitalismo na era digital e dos processos de digitalização e financeirização, conforme será possível atestar através da leitura dos textos deste dossiê.

No artigo *A digitalização como uma nova etapa do processo privatista na educação pública*, Vera Maria Vidal Peroni, Daniela de Oliveira Pires e Paula Valim de Lima analisam o processo de digitalização como uma estratégia de ampliação do mercado educacional. Para as autoras, trata-se de uma nova etapa, porém, inserida na lógica do capital. O estudo demonstra que, entre a etapa analógica e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas digitais, a justificativa recai sobre a mesma premissa, qual seja, de que o setor privado é mais eficiente, motivo pelo qual o setor público direciona o seu investimento ao setor privado mercantil, como é possível constatar no caso da rede pública de ensino do Paraná, que vem adotando uma série de plataformas digitais, materializando de fato o processo de privatização da educação.

Nessa senda, Cassia Domiciano, em seu artigo *Programa Parceiro da Escola no Paraná e a equivocada separação entre gestão administrativa e gestão pedagógica*, enfrenta os argumentos apresentados pelo governo do estado do Paraná, quando defende que as atuais iniciativas em relação à promoção da educação pública não correspondem ao processo de privatização. A autora apresenta o contexto atual como uma tentativa de separação entre os aspectos administrativos e da gestão da educação, em oposição aos princípios de gestão democrática, e do financiamento público para instituições privadas como uma dimensão do processo de privatização.

Andreia Zanlorenzi e Renata Peres Barbosa, no artigo *Flexibilização curricular e Plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente*, por meio das particularidades do contexto da oferta educacional paranaense, problematizam as implicações da flexibilização curricular e da ampliação da plataformização e digitalização do trabalho docente, tomando como base a implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Ao realizar entrevistas com profissionais da educação, o texto acaba por revelar que o atual contexto estabelece consequências para a autonomia pedagógica – um dos pilares da gestão democrática –, privilegiando os interesses do mercado, bem como aprofundando a separação entre aqueles que pensam e executam a política educacional.

O artigo de Bárbara Jennifer Nascimento Silva e Rodrigo da Silva Pereira, *Financeirização da Educação Básica no Brasil: responsabilização da gestão escolar na Inspira Rede de Educadores*, materializa o processo de financeirização da Educação Básica através do

processo de compra de escolas privadas pela Inspira Rede de Educadores, intermediada por instituições financeiras, no caso, BTG Pactual. A principal consequência é a submissão da educação e dos seus processos pedagógicos de gestão aos interesses privatistas. Além disso, o estudo demonstra o avanço do processo de responsabilização dos docentes, distanciando-se dos pressupostos da gestão democrática da educação.

No artigo *Reformas educacionais e gerencialismo: repercussões na educação pública*, Maria Raquel Caetano retoma algumas categorias importantes, como o neoliberalismo, neoconservadorismo e o gerencialismo, com o objetivo de analisar as relações entre o papel do Estado e as reformas educacionais, redefinindo o sentido público da educação. A autora realiza um mapeamento das instituições privadas que mais influenciam no atual contexto histórico, político e social, especialmente nos currículos das escolas públicas.

Adriana de Nazaré Ribeiro Dias Pinto e Émina Márcia Nery dos Santos, com o texto *A estrutura reguladora de projeto de vida de jovens do Ensino Médio da Amazônia paraense sob a lógica mercantil*, destacam como a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA) vem promovendo ações a partir de documentos que induzem os jovens à (auto)responsabilização por suas escolhas de vida, o que se aproxima da racionalidade privatista que fomenta a desestatização da educação e culpabiliza os jovens pelo seu insucesso.

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira e Albiane Oliveira Gomes, a partir do debate intitulado *O uso da tecnologia sob o alinhamento do Estado e da gestão pública para o atendimento da lógica mercantil*, utilizam o exemplo do Sistema Educacional Interativo do Estado do Pará (SEI) para demonstrar como ocorre o processo de privatização da educação no Pará sob o discurso apologético em relação ao uso da tecnologia.

A partir do argumento relativo às relações público-privadas, Cassio Vale e Francisco Willams Campos Lima, com o texto *A privatização na Educação Básica paraense sob a égide da relação entre Estado e religião*, revelam que o segmento religioso, com sua lógica particular de analisar a sociedade, passa a atuar junto ao poder público, fomentando processos de privatização da escola pública, na medida em que tanto sujeitos quanto o ideário religioso adentram de forma sutil a organização da educação no Pará.

Convidamos os leitores e as leitoras à reflexão sobre o papel dos sujeitos privados mercantis individuais, que se articulam em redes de cooperação global, uma vez que têm

influenciado a direção e a execução do direito à educação, privilegiando e ampliando formas de preservar os seus interesses capitalistas.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, Brasília, DF, v. 18, n.1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, Theresa. Prefácio. In: VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos (Org.). **Do público “público” ao público “privado” na educação**. Curitiba: CRV, 2023. p. 13-16.

Sobre os organizadores

Émina Márcia Nery dos Santos

Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA). Líder do Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (GEEDH).

E-mail: emina@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1532-270X>

Daniela de Oliveira Pires. Professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio de pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. Integrante do Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE/PPGEDU/UFRGS) e da Rede Latino-Americana e Africana em privatização da educação. Tem experiência na área da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, Direito à Educação, Política Educacional e Privatização da Educação Básica.

E-mail: danielaopires77@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6671-9195>

Cassio Vale

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Realizou estágio de pós-doutorado em educação pela UFPA (2024) e pela UEPA (2025). Tem interesse profissional em pesquisas sobre relações público privadas na educação, Terceiro Setor, Setor Dois e Meio e Negócios sociais na educação.

E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8956-4536>